

	SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO		
	Política de Privacidade_LGPD	PSGSI_7.1.2	Folha: 1 de 9
Uso Interno	Aprovado: André Bittencourt	Revisão: 03	Data: 24/06/2026

1. APRESENTAÇÃO

Para a **CGE Sociedade Fabricadora de Peças Plásticas Ltda. (Unidade Mauá)** e a **CGE Sociedade Fabricadora de Peças Automotivas Ltda. (Unidade Taubaté)**, a privacidade, a segurança da informação e a transparência no tratamento de dados pessoais são prioridades. Esta **Política de Privacidade** descreve como a CGE coleta, utiliza, armazena, compartilha e protege dados pessoais, bem como orienta os Titulares sobre seus direitos e os canais disponíveis para exercê-los.

A CGE realiza o tratamento de dados pessoais para cumprir obrigações legais, executar contratos, administrar relações de trabalho e comerciais, proteger direitos e atender finalidades legítimas relacionadas às suas atividades empresariais.

Esta Política observa a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais — LGPD (**Lei nº 13.709/2018, alterada pela Lei nº 13.853/2019**), o Código de Defesa do Consumidor, quando aplicável, e demais normas brasileiras relacionadas à proteção de dados, privacidade, relações trabalhistas, segurança do trabalho e obrigações empresariais.

Para fins desta Política, a CGE Sociedade Fabricadora de Peças Plásticas Ltda., inscrita no CNPJ nº 57.563.694/0001-92, e a CGE Sociedade Fabricadora de Peças Automotivas Ltda., inscrita no CNPJ nº 04.500.606/0001-47, serão denominadas conjuntamente como **CGE** e atuarão, conforme o caso, como Controladoras dos dados pessoais tratados no âmbito de suas atividades.

As expressões “você”, “seu” e “Titular” referem-se à pessoa natural a quem os dados pessoais pertencem, incluindo colaboradores, candidatos, fornecedores, prestadores de serviços, visitantes, clientes pessoa física quando aplicável, representantes de pessoas jurídicas e terceiros relacionados às atividades da CGE.

2. DEFINIÇÕES

- **Dado Pessoal:** qualquer informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável, como nome, CPF, RG, endereço, dados de contato, dados profissionais, dados financeiros, identificadores eletrônicos ou outros elementos que permitam identificar direta ou indiretamente uma pessoa.
- **"Dado Pessoal Sensível"** significa o dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à orientação sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;
- **Titular:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento, nos termos da LGPD.
- **Tratamento:** qualquer operação realizada com dados pessoais, incluindo coleta, registro, armazenamento, organização, consulta, uso, compartilhamento, transmissão, classificação, reprodução, processamento, avaliação, eliminação ou outras operações previstas na legislação aplicável.

	SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO		
	Política de Privacidade_LGPD	PSGSI_7.1.2	Folha: 2 de 9
Uso Interno	Aprovado: André Bittencourt	Revisão: 03	Data: 24/06/2026

3. OBJETIVO E ABRANGÊNCIA

Esta Política tem como objetivo informar, de forma clara e acessível, quais dados pessoais são tratados pela CGE, para quais finalidades, com base em quais fundamentos legais, por quanto tempo são armazenados, com quem podem ser compartilhados e quais direitos podem ser exercidos pelos titulares.

Esta Política aplica-se às atividades administrativas, operacionais, técnicas, comerciais e trabalhistas da CGE, abrangendo colaboradores, candidatos, fornecedores, prestadores de serviços, visitantes, clientes pessoa física quando aplicável, representantes de pessoas jurídicas e demais titulares cujos dados sejam tratados no contexto das atividades da empresa.

4. DADOS PESSOAIS TRATADOS

A CGE trata apenas os dados pessoais necessários para cumprir suas finalidades empresariais, legais, contratuais, trabalhistas, administrativas e de segurança, observando os princípios da finalidade, adequação, necessidade, transparência, segurança e prevenção previstos na LGPD.

Os dados pessoais e demais informações sob responsabilidade da CGE são tratados com confidencialidade e utilizados somente para as finalidades informadas nesta Política ou em instrumentos específicos, quando necessário.

5. BASES LEGAIS PARA O TRATAMENTO

- **Consentimento do Titular:** utilizado quando a autorização livre, informada e inequívoca do Titular for necessária para uma finalidade específica.
- **Cumprimento de obrigação legal ou regulatória:** utilizado para atender exigências legais, fiscais, trabalhistas, previdenciárias, contábeis, de segurança do trabalho e de órgãos públicos competentes.
- **Exercício regular de direitos:** utilizado em processos judiciais, administrativos ou arbitrais, inclusive para defesa dos interesses da CGE, dos titulares ou de terceiros.
- **Execução de contrato ou procedimentos preliminares:** utilizado para admissão, gestão de contratos de trabalho, contratação de fornecedores, prestação de serviços, pagamentos e demais providências necessárias à relação contratual.
- **Legítimo interesse:** utilizado quando necessário para apoiar atividades legítimas da CGE, desde que não prevaleçam direitos e liberdades fundamentais do Titular.
- **Proteção do crédito:** poderá ser utilizada quando necessária para avaliação, aprovação ou redução de riscos relacionados a transações comerciais, observada a legislação aplicável.

As bases legais são aplicadas conforme a finalidade do tratamento e a categoria de dado envolvida. O consentimento não é a única base de tratamento e poderá não ser exigido quando houver obrigação legal, execução de contrato, exercício regular de direitos ou outra hipótese prevista na LGPD.

© CGE Ltda.. Todos os direitos reservados no caso de concessão de patente, modelo, documento ou desenho.

Uma cópia desse documento fora do controle do sistema de gestão de documentos estabelecido, é apenas para o propósito de informação e não é controlado.
A reprodução, distribuição e utilização deste documento, bem como a comunicação de seu conteúdo à terceiros sem autorização são proibidas.

	SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO		
	Política de Privacidade_LGPD	PSGSI_7.1.2	Folha: 3 de 9
Uso Interno	Aprovado: André Bittencourt	Revisão: 03	Data: 24/06/2026

6. CATEGORIAS DE TITULARES, DADOS E FINALIDADES

6.1. Clientes de varejo (quando aplicável)

Não se aplica atualmente, pois a CGE não realiza vendas destinadas a pessoas físicas.

6.2. Colaboradores

A CGE coleta somente dados pessoais de seus colaboradores necessários para o estabelecimento de suas relações de trabalho e conforme definido na legislação em vigor.

Finalidade: execução do contrato de trabalho, cumprimento de obrigações legais, gestão de benefícios, pagamentos, registros internos, segurança do trabalho e atendimento a exigências trabalhistas, previdenciárias, fiscais e regulatórias.

Observações: dados de exames médicos admissionais, periódicos, demissionais ou relacionados à saúde ocupacional são tratados quando necessários para cumprimento de obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias, de segurança do trabalho, contratação de benefícios e atendimento a acordos ou convenções coletivas aplicáveis.

6.3. Fornecedores e prestadores de serviços

A CGE poderá tratar dados pessoais de fornecedores, prestadores de serviços e seus representantes para cadastro, contratação, gestão contratual, pagamentos, controle de acesso, cumprimento de obrigações legais e exercício regular de direitos.

7. COMO OS DADOS SÃO COLETADOS

7.1. Dados fornecidos pelo Titular

A CGE coleta dados pessoais diretamente do Titular, especialmente em processos de contratação, admissão, atualização cadastral, prestação de serviços, relacionamento comercial, concessão de benefícios, pagamentos, controle de acesso e cumprimento de obrigações legais.

Também poderão ser coletados dados necessários para registros trabalhistas, pagamentos, fornecimento de benefícios, prestação de contas a órgãos públicos, cumprimento de obrigações tributárias e demais finalidades compatíveis com a relação mantida entre o Titular e a CGE.

7.2. Dados coletados automaticamente

Atualmente, a CGE não coleta dados pessoais de forma automática por meio de seu site ou de outros canais digitais.

8. DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

A CGE não trata dados pessoais sensíveis de forma ampla ou indiscriminada. Quando necessário, o tratamento ocorre de maneira limitada, proporcional e vinculado a finalidades específicas, como obrigações trabalhistas, previdenciárias, de segurança e saúde no trabalho, contratação de benefícios ou cumprimento de exigências legais.

- Dados sobre saúde do titular coletados na contratação de seus funcionários, colhidos estritamente para as finalidades de contratação de seguro e eventuais benefícios;

© CGE Ltda.. Todos os direitos reservados no caso de concessão de patente, modelo, documento ou desenho.

Uma cópia desse documento fora do controle do sistema de gestão de documentos estabelecido, é apenas para o propósito de informação e não é controlado.
A reprodução, distribuição e utilização deste documento, bem como a comunicação de seu conteúdo a terceiros sem autorização são proibidas.

	SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO		
	Política de Privacidade_LGPD	PSGSI_7.1.2	Folha: 4 de 9
Uso Interno	Aprovado: André Bittencourt	Revisão: 03	Data: 24/06/2026

- Dados dos exames médicos coletados no processo de admissão e ao longo de todo contrato de trabalho dos funcionários para cumprimento e fiscalização de obrigações decorrentes da legislação, principalmente de segurança do trabalho, trabalhista e previdenciária, incluindo o disposto em Acordo ou Convenção Coletiva da categoria da Controladora;
- Dados pessoais (nome, idade, sexo e endereço) dos dependentes e filhos dos funcionários (crianças e adolescentes) no processo de admissão, colhidos estritamente para as finalidades de contratação de seguro de vida e eventuais benefícios para o funcionário.

A CGE não trata, como regra, dados sensíveis que não estejam relacionados às finalidades descritas nesta Política. Caso seja necessário tratar outros dados sensíveis ou dados de crianças e adolescentes, a CGE observará as hipóteses legais aplicáveis, adotará medidas de proteção adequadas e, quando exigido, solicitará consentimento específico e destacado do Titular ou de seu responsável legal.

9. CONSENTIMENTO E REVOGAÇÃO

O consentimento será utilizado quando a LGPD exigir autorização do Titular para uma finalidade específica. Nesses casos, a manifestação deverá ser livre, informada e inequívoca, podendo ser registrada por termo próprio ou outro meio adequado. Nem todo tratamento de dados pessoais depende de consentimento. A CGE também poderá tratar dados com base em obrigação legal ou regulatória, execução de contrato, exercício regular de direitos, legítimo interesse ou outra hipótese legal aplicável.

Quando o tratamento estiver baseado no consentimento, o Titular poderá revogá-lo a qualquer tempo e sem custo, mediante solicitação pelos canais indicados nesta Política.

A revogação do consentimento não afetará tratamentos realizados com fundamento em outras bases legais, como cumprimento de obrigação legal, execução de contrato, defesa de direitos ou guarda obrigatória de documentos.

10. DIREITOS DOS TITULARES

A CGE assegura aos Titulares o exercício dos direitos previstos na LGPD. Esses direitos podem ser solicitados gratuitamente, observadas as limitações legais aplicáveis e a necessidade de validação da identidade do solicitante.

- Confirmar a existência de tratamento de dados, de maneira simplificada ou em formato claro e completo;
- Acessar seus dados, podendo solicitá-los em uma cópia legível sob forma impressa ou por meio eletrônico, seguro e idôneo;
- Corrigir seus dados, ao solicitar a edição, correção ou atualização destes;
- Limitar seus dados quando desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com a legislação através da anonimização, bloqueio ou eliminação;
- Solicitar a portabilidade de seus dados;
- Eliminar seus dados tratados a partir de seu consentimento, exceto nos casos previstos em lei;

	SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO		
	Política de Privacidade_LGPD	PSGSI_7.1.2	Folha: 5 de 9
Uso Interno	Aprovado: André Bittencourt	Revisão: 03	Data: 24/06/2026

- Revogar seu consentimento, desautorizando o tratamento de seus dados; e
 - Informar-se sobre a possibilidade de não fornecer seu consentimento e sobre as consequências da negativa.
- Quando solicitar informações sobre o tratamento de seus dados, o Titular poderá receber esclarecimentos sobre:
- I - finalidade específica do tratamento;
 - II - forma e duração do tratamento, observados os segredos comercial e industrial;
 - III - identificação do controlador;
 - IV - informações de contato do controlador;
 - V - informações acerca do uso compartilhado de dados pelo controlador e a finalidade;
 - VI - responsabilidades dos agentes que realizarão o tratamento; e
 - VII - direitos do titular, com menção explícita aos direitos contidos no art. 18 da Lei 13.709 (Manual LGPD – Cap.III).

11. COMO O TITULAR PODE EXERCER SEUS DIREITOS

Para exercer seus direitos, o Titular poderá entrar em contato com a CGE pelos canais indicados nesta Política. As solicitações serão avaliadas conforme a legislação aplicável, a base legal do tratamento, a finalidade envolvida e a necessidade de preservação de direitos ou cumprimento de obrigações legais.

As solicitações relacionadas a acesso, correção, atualização, eliminação, revogação de consentimento, portabilidade ou demais direitos previstos na LGPD poderão ser encaminhados por meio dos seguintes canais:

- Telefone: +55 (11) 3420-3122.
- E-mail do Encarregado da Proteção de Dados Pessoais (DPO): privacidade@cge.ind.br

De forma a garantir a sua correta identificação como Titular dos dados pessoais objeto da solicitação, é possível que a CGE solicite documentos ou demais comprovações que possam comprovar a identidade do Titular. Nessa hipótese, o Titular será informado previamente.

12. ARMAZENAMENTO E RETENÇÃO DOS DADOS

Os dados pessoais coletados pela CGE serão utilizados e armazenados durante o tempo necessário para execução das finalidades elencadas na presente Política de Privacidade, considerando os direitos dos titulares dos dados e dos controladores.

De modo geral, os dados serão mantidos enquanto perdurar a relação entre o Titular e a CGE e pelo período adicional necessário para cumprimento de obrigações legais, regulatórias, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, contratuais ou para exercício regular de direitos. Encerrado o período de retenção, os dados serão eliminados ou anonimizados, ressalvadas as hipóteses legalmente autorizadas.

	SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO		
	Política de Privacidade_LGPD	PSGSI_7.1.2	Folha: 6 de 9
Uso Interno	Aprovado: André Bittencourt	Revisão: 03	Data: 24/06/2026

Informações necessárias para cumprimento de determinações legais, judiciais, administrativas ou para defesa de direitos poderão ser mantidas mesmo após o encerramento da relação com o Titular, pelo prazo exigido ou permitido pela legislação aplicável.

O titular fica ciente de que a Controladora deverá permanecer com os seus dados pelo período mínimo de guarda de documentos trabalhistas, previdenciários, bem como os relacionados à segurança e saúde no trabalho, mesmo após o encerramento do vínculo empregatício.

O armazenamento de dados coletados pela CGE reflete o nosso compromisso com a segurança e privacidade dos dados pessoais. Empregamos medidas e soluções técnicas de proteção aptas a garantir a confidencialidade, integridade e inviolabilidade dos dados pessoais coletados. Além disso, também contamos com medidas de segurança apropriadas aos riscos e com controle de acesso às informações armazenadas.

13. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

A CGE adota medidas técnicas e administrativas destinadas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, perda, alteração, divulgação indevida, destruição ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito. Caso ocorra incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos Titulares, a CGE adotará as providências cabíveis e realizará as comunicações necessárias nos termos da LGPD.

Para mantermos as informações pessoais seguras, adotamos as seguintes medidas:

- Apenas pessoas autorizadas têm acesso aos dados pessoais;
- O acesso aos dados pessoais é limitado a pessoas autorizadas e a prestadores de serviços contratados para finalidades específicas, como atividades contábeis, departamento pessoal, jurídico, folha de pagamento e cumprimento de obrigações legais, mediante compromisso de confidencialidade;
- Os dados pessoais eventualmente armazenados em meio eletrônico são protegidos por recursos de segurança compatíveis com os riscos envolvidos, incluindo sistemas antivírus, firewall e controle de acesso;
- Dados necessários a pagamentos, como nome, CPF e dados bancários, são compartilhados com instituições financeiras apenas quando necessário para efetivação de salários, benefícios, honorários ou outras obrigações financeiras.

A CGE se compromete a adotar as melhores posturas para evitar incidentes de segurança. Contudo, é necessário destacar que nenhum sistema informatizado é inteiramente seguro e livre de riscos. É possível que, apesar de todos os nossos protocolos de segurança, problemas de culpa exclusivamente de terceiros ocorram, como ataques cibernéticos de hackers, ou também em decorrência da negligência ou imprudência do próprio Titular ou usuário.

Em caso de incidente de segurança que possa gerar risco ou dano relevante aos Titulares, a CGE comunicará os afetados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, quando aplicável, observando os prazos, critérios e procedimentos previstos na legislação.

	SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO		
	Política de Privacidade_LGPD	PSGSI_7.1.2	Folha: 7 de 9
Uso Interno	Aprovado: André Bittencourt	Revisão: 03	Data: 24/06/2026

14. COMPARTILHAMENTO DE DADOS PESSOAIS

A CGE não compartilha dados pessoais com terceiros não autorizados. O compartilhamento ocorre apenas quando necessário para cumprir finalidades legítimas, obrigações legais ou contratuais, ou para exercício regular de direitos.

De forma geral, valem as seguintes abordagens:

a) Os dados poderão ser compartilhados com:

- 1) Prestadores de serviços contábeis e de assessoramento do departamento pessoal e jurídico;
- 2) Prestadores de serviços bancários para efetivação de pagamento e honorários; e
- 3) Órgãos públicos, autoridades administrativas, fiscais, trabalhistas, previdenciárias ou judiciais, quando exigido por lei ou determinação competente.

b) O compartilhamento de dados se dá apenas na medida do necessário para a prestação dos serviços contratados e cumprimento de requisitos legais e regulatórios. Para os casos aplicáveis, os contratos estabelecidos possuem cláusulas de confidencialidade, sendo orientados pelas normas de proteção de dados do ordenamento jurídico brasileiro.

Além disso, também existem outras hipóteses em que os dados poderão ser compartilhados, que são:

- I – Por determinação legal, requerimento, requisição ou ordem de autoridade judicial, administrativa ou governamental competente;
- II – Caso de movimentações societárias, como fusão, aquisição e incorporação, de forma automática;
- III – Proteção dos direitos da CGE em qualquer tipo de conflito, inclusive os de teor judicial.

15. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS

Atualmente a CGE **não** realiza a transferência internacional de dados.

16. COOKIES E DADOS DE NAVEGAÇÃO

Atualmente, a CGE **não** faz uso de Cookies, que são arquivos de texto enviados pela plataforma ao computador do usuário e que nele se armazenam, contendo informações relacionadas à navegação do site. Em suma, os Cookies são utilizados para aprimorar a experiência de uso.

17. RESPONSABILIDADES

A CGE atua com responsabilidade, transparência e boa-fé nos processos de tratamento de dados pessoais, observando as obrigações aplicáveis aos agentes de tratamento previstas na LGPD.

A CGE compromete-se a manter esta Política atualizada, a zelar por seu cumprimento e a adotar medidas técnicas e organizacionais compatíveis com os riscos envolvidos no tratamento de dados pessoais.

Além disso, também assumimos o compromisso de buscar condições técnicas e organizacionais apropriadas e aptas a

	SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO		
	Política de Privacidade_LGPD	PSGSI_7.1.2	Folha: 8 de 9
Uso Interno	Aprovado: André Bittencourt	Revisão: 03	Data: 24/06/2026

proteger todo o processo de tratamento de dados.

Caso a Autoridade Nacional de Proteção de Dados exija a adoção de providências em relação ao tratamento de dados realizado pela CGE, comprometemo-nos a segui-las.

17.1. Isenção de responsabilidade

Embora adote medidas de segurança adequadas para prevenir incidentes, nenhum sistema físico ou eletrônico é totalmente livre de riscos. Por isso, a CGE não se responsabiliza por eventos decorrentes exclusivamente de conduta de terceiros ou do próprio Titular, quando inexistir falha atribuível à CGE.

I – Quaisquer consequências decorrentes da negligência, imprudência ou imperícia dos Titulares em relação a seus dados individuais. Garantimos e nos responsabilizamos apenas pela segurança dos processos de tratamento de dados e do cumprimento das finalidades descritas no presente instrumento.

II – Ações maliciosas de terceiros, como ataques de hackers, exceto se comprovada conduta culposa ou deliberada da CGE.

Destacamos que em caso de incidentes de segurança que possam gerar risco ou dano relevante para o Titular ou qualquer um de nossos usuários/clientes, comunicaremos aos afetados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados sobre o ocorrido e cumprimos as providências necessárias.

III – Pela inexatidão, desatualização ou falsidade das informações fornecidas pelo Titular, bem como por consequências decorrentes de informações inseridas de forma incorreta ou de má-fé.

18. ENCARGADO DE PROTEÇÃO DE DADOS (DPO)

A CGE disponibiliza os seguintes canais para que Titulares de dados e demais partes interessadas possam esclarecer dúvidas, solicitar informações ou exercer seus direitos relacionados à proteção de dados pessoais:

- E-mail: privacidade@cge.ind.br

- Telefone: +55 (11) 3420-3122

Em caso de dúvidas sobre esta Política de Privacidade ou sobre o tratamento de dados pessoais realizado pela CGE, o Titular poderá entrar em contato com o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais (DPO).

19. ALTERAÇÕES DESTA POLÍTICA DE PRIVACIDADE

A CGE poderá atualizar esta Política de Privacidade a qualquer tempo, especialmente para refletir alterações legislativas, regulatórias, operacionais, tecnológicas ou mudanças em seus processos internos. As versões atualizadas entrarão em vigor a partir de sua publicação ou comunicação às partes interessadas, conforme aplicável.

A continuidade do relacionamento com a CGE após a atualização desta Política não elimina a necessidade de observância das bases legais aplicáveis a cada atividade de tratamento.

	SISTEMA DE GESTÃO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO		
	Política de Privacidade_LGPD	PSGSI_7.1.2	Folha: 9 de 9
Uso Interno	Aprovado: André Bittencourt	Revisão: 03	Data: 24/06/2026

20. APROVAÇÃO E CONTROLE DE REVISÃO

Controle de Revisão do Documento				
Nº	Data	Elaborado por	Histórico da Revisão	Aprovado por
00	13/02/2024	Ivonete Vieira	Publicação inicial	André Bittencourt
01	14/02/2025	Ivonete Vieira	Revisão anual sem necessidade de alteração	André Bittencourt
02	20/02/2026	Ivonete Vieira	Inclusão da CGE Taubaté e atualização do e-mail do DPO.	André Bittencourt
03	24/06/2026	Ivonete Vieira	Revisão geral do texto	André Bittencourt